

# A terapia ocupacional em processos interdisciplinares da educação especial

Maria Aparecida Ramires Zulian

Ana Paula Cazeiro

Angélico Luiz

Janaína Nascimento

Eucenir Fredine Rocha

**Como citar:** ZULIAN, Maria Aparecida Ramires; CAZEIRO, Ana Paula; LUIZ, Angélico; NASCIMENTO, Janaína; ROCHA, Eucenir Fredine. A terapia



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

ocupacional em processos interdisciplinares da educação especial. *In*: OMOTE, Sadao. (org.). **Inclusão**: intenção e realidade. Marília: Fundepe, 2004. p. 201-211. DOI: <https://doi.org/10.36311/2004.85-98176-02-8.p201-211>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## A TERAPIA OCUPACIONAL EM PROCESSOS INTERDISCIPLINARES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Maria Aparecida Ramires ZULIAN<sup>1</sup>  
Ana Paula CAZEIRO<sup>2</sup>  
Angélica LUIZ<sup>2</sup>  
Janaína NASCIMENTO<sup>2</sup>  
Eucenir Fredine ROCHA<sup>3</sup>

A interdisciplinaridade vem se tornando discussão corrente em diversas áreas do saber, pois se percebeu que a compartimentalização do conhecimento em disciplinas isoladas, decorrente do movimento cartesiano e do cientificismo, serviu para que ocorresse um crescimento acelerado dos saberes e para que se conhecesse a fundo várias das questões envolvidas nos fenômenos, porém não possibilitou que se conhecesse os fenômenos por completo, visto que o todo é mais que a soma de suas partes. Notou-se que entre uma disciplina e outra se encontra um grande espaço vazio, que só pode ser preenchido com a

---

<sup>1</sup> Terapeuta Ocupacional do Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da USP; professora do curso de Fisioterapia das Faculdades Integradas de Guarulhos e da Fundação Instituto de Ensino para Osasco.

<sup>2</sup> Terapeutas Ocupacionais, pesquisadores do REATA - Laboratório de Estudos e Pesquisa do Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional – FMUSP - Reabilitação em Tecnologia Assistiva.

<sup>3</sup> Profa. Dra. do Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional da FMUSP.

articulação, e não apenas com a justaposição, de todas as disciplinas envolvidas .

Este mesmo processo de reconhecimento da necessidade de articulação entre os diversos campos de conhecimento vem ocorrendo também na área da educação e, especialmente, no que se refere à educação especial, por ser grande a complexidade de suas questões, as quais só podem ser compreendidas e respondidas através da cooperação de todos os atores envolvidos. Percebeu-se a insuficiência de intervenções pontuais, centradas em problemas pontuais e a partir das perspectivas isoladas de cada um dos sujeitos que nela atuam.

Nesse contexto, inserindo-se nas discussões interdisciplinares da educação, este capítulo tem por objetivo discutir a contribuição da Terapia Ocupacional em equipes interdisciplinares da Educação Especial. Antes porém, consideramos necessário esclarecer o que se entende aqui por cada um dos termos envolvidos neste tema: interdisciplinaridade, Educação Especial e Terapia Ocupacional.

#### **INTERDISCIPLINARIDADE**

Na tentativa de destacar a contribuição da Terapia Ocupacional numa visão interdisciplinar da Educação, e mais precisamente na Educação Especial (Inclusiva), nos vemos diante da necessidade de recordarmos o significado da interdisciplinaridade e a importância desta para o ser humano.

A interdisciplinaridade é definida por alguns autores como a interação e reciprocidade de diferentes disciplinas cujo propósito é restabelecer o diálogo entre elas através do intercâmbio de conteúdos e métodos.

Outro olhar a ser considerado quanto a interdisciplinaridade constitui-se no desafio que o termo passa para muitos profissionais e equipes, devido às disputas no mercado de trabalho e à insegurança, visto que muitas profissões recentes não possuem um corpo de conhecimentos, métodos e técnicas suficientemente delimitados, que permita a coexistência sem conflitos. Outra dificuldade que percebemos na prática em muitas

instituições escolares e de reabilitação, diz respeito aos horários de trabalho em diferentes turnos, dificultando o encontro dos profissionais que muitas vezes atuam com a mesma clientela; além disso, percebemos que as exigências por estatísticas de atendimento fazem com que a prioridade seja dada à quantidade e não à qualidade dos serviços prestados, não sendo reservados pelas instituições horários para reuniões ou discussões de caso.

O que se percebe em muitos destes locais é a existência da multidisciplinaridade, sendo esta entendida como “[...] a interação de diferentes disciplinas, cada qual trazendo sua contribuição, mas sem [...] o estabelecimento de laços de cooperação que signifiquem qualquer alteração no seu corpo teórico - metodológico [...]” (Galheigo, 1999, p. 50). Há, portanto, a presença de diversos profissionais atuando sobre um mesmo processo, mas sem grandes trocas entre as disciplinas.

Porém, mesmo sabendo que a interdisciplinaridade ainda se constitui em desafio para muitas equipes, é importante salientarmos que o caminho da interação entre os profissionais não termina na interdisciplinaridade, visto que hoje já se considera a necessidade de uma cooperação e articulação ainda maior para que o todo possa ser realmente apreendido.

Após o movimento cartesiano que divide o real em muitas partes, e que influenciou e influencia até hoje as diversas áreas do saber, incluindo-se a educação, fez-se necessária a descoberta da transdisciplinaridade do ser humano a fim de retomar os fragmentos e montar novamente o todo. Torna-se eminentemente necessária a dialogicidade entre as diversas áreas do saber, sem desqualificar a imensa importância de cada unidade deste.

Neste intuito, vale lembrar Paulo Freire, que em suas reflexões aborda a evidência de que o Real é, enquanto Real, uma totalidade transdisciplinar. E só pode ser apreendido em retotalização.

Neste sentido, a transdisciplinaridade é considerada como um passo adiante da interdisciplinaridade, sendo complementar e não oposta a esta. A transdisciplinaridade implica na superação das fronteiras entre as várias disciplinas, na tentativa de superar a

“fragmentação resultante da compartimentalização do conhecimento em disciplinas estanques” (Spink, 1992, p. 17).

A transdisciplinaridade, segundo Galheigo (1999), aponta para três pilares: que o problema seja considerado a partir de vários níveis de realidade, que não sejam esperadas soluções em termos de verdadeiro ou falso, e que a complexidade do problema seja reconhecida, admitindo-se a incerteza e a impossibilidade de que o problema seja reduzido em partes simples.

Segundo Spink (1992), a transdisciplinaridade não propõe a equalização dos saberes e a eliminação das esferas de competência, ou seja, não sugere a união de todas as disciplinas, pois isso iria contra o princípio da complexidade. O que se espera é o exercício de múltiplos olhares e, de acordo com Galheigo (1992), a possibilidade de se falar várias línguas sem que estas sejam confundidas. Isso implica na compreensão da existência de pensamentos diferentes dos nossos e na aceitação da alteridade (Spink, 1992), e exige um olhar multidimensional e multirreferencial.

## **EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Segundo Rocha (1999), a deficiência era percebida, até o século XVIII, como produção mítica ou de ameaça social, adquirindo uma conotação de patologia a partir do século XIX, quando passaram a ser construídas instituições especializadas em atividades pedagógicas e/ou em reabilitação para pessoas deficientes, porém com caráter assistencialista e segregativo. No final do século XIX, de acordo com Ide (1999b), a educação das pessoas com deficiência passou do campo médico assistencialista para o campo educacional, havendo, no início do século XX, uma divisão da educação, com o estabelecimento da educação especial institucionalizada baseada na capacidade intelectual dos alunos com deficiência, constituindo-se num subsistema do Sistema Educativo Geral.

No final da década de 60, inicia-se um movimento contra a segregação das pessoas com deficiência, que deu origem ao conceito de integração social (Amaral, 1998) e, com a insatisfação

em relação ao sistema educacional marginalizado, surge o princípio de Normalização, defendendo a introdução de condições de vida tão parecidas quanto possível às consideradas habituais para a sociedade (Ide, 1999b).

No Brasil, apenas em 1988 os direitos da pessoa com deficiência se tornaram consagrados na Constituição Federal, levando à criação de propostas que visam a integração dos deficientes na rede comum de saúde, escola e trabalho (Rocha, 1999).

Na década de 90, tomou impulso o movimento de inclusão social iniciado na década de 80 em países desenvolvidos. Segundo alguns autores, a integração é um esforço unilateral, no qual apenas a pessoa com deficiência deve se adaptar à sociedade, enquanto que a inclusão pressupõe que a sociedade deva se modificar para atender às necessidades de todos os seus membros, discutindo a equiparação de oportunidades (Sasaki, 1997).

Com o progressivo reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, na área da educação, o conceito de deficiência foi sendo substituído pelo conceito de necessidades educativas especiais (NEE), que tomou força com o princípio de inclusão escolar, impulsionado pela declaração de Salamanca, através da UNESCO, em 1994 (Regen, 1998; Baumel e Castro, 2002). O princípio da inclusão defende que a educação deve ocorrer dentro da escola regular, não sendo uma questão apenas de acesso, mas de qualidade de ensino (Regen, 1998).

Segundo Ide (1999), o conceito de NEE parte da premissa de que todos os alunos, em algum momento da escolarização, poderão necessitar de alguma ajuda pedagógica para atingir os objetivos da educação, sendo que NEE se referem às crianças que, de forma complementar, necessitem, permanente ou eventualmente, de ajudas menos usuais. Este conceito faz com que as dificuldades de aprendizagem de um aluno não sejam entendidas como dificuldades pessoais, mas também decorrentes do próprio contexto escolar. Essas dificuldades deverão ser respondidas através de adaptações curriculares gerais ou individuais, referindo-se a um currículo normal, dentro de um Sistema Educativo comum, fazendo da Educação Especial um conjunto de recursos humanos e materiais colocados à disposição

do Sistema Educativo Regular, e não mais um sistema paralelo e segregativo de educação.

Porém, a inclusão não deve ocorrer de forma indiscriminada, sendo necessário preparar o professor para lidar com as dificuldades que poderão surgir nesse processo e para que seja capaz de realizar as adaptações curriculares necessárias. Para isso, deve ser colocada à disposição do professor, do aluno e da escola, uma rede de materiais e recursos humanos capaz de dar suporte às necessidades específicas, auxiliando na manutenção da qualidade de ensino e evitando a segregação da criança, que poderia resultar da incapacidade do sistema escolar regular de responder às necessidades de seus alunos.

#### **TERAPIA OCUPACIONAL**

A Terapia Ocupacional é um campo de conhecimento e de intervenção não só na área da saúde, como também na área de educação e na esfera social, que tem sua atuação destinada a pessoas que, por razões diversas (físicas, mentais, psíquicas, sensoriais e/ou sociais), apresentam dificuldades para a realização de suas atividades habituais e para a inserção na vida social (Associação Argentina de Terapeutas Ocupacionais, 1999).

De acordo com Spackman (2002), a atenção do terapeuta ocupacional está voltada para a vida ocupacional dos indivíduos, englobando todas as atividades que as pessoas realizam em sua vida cotidiana, de modo que sua intervenção possui os seguintes parâmetros (ou, pode ocorrer em três dimensões):

- 1 áreas de desempenho ocupacional: dizem respeito às atividades cotidianas, que podem ser divididas em Atividades da Vida Diária (higiene pessoal, auto cuidado, alimentação, vestuário, mobilidade, etc), Atividades Produtivas e Laborais (administração da casa, atividades educativas e de trabalho) e Atividades de Diversão e Lazer;
- 2 componentes de desempenho ocupacional: habilidades que afetam a capacidade funcional, englobando habilidades senso-perceptivas, cognitivas, neuro-musculares e psicossociais;



- 3 contextos de desempenho ocupacional: que são as situações ou fatores que influenciam na participação nas áreas de desempenho e podem ser divididos em contextos temporais (idade cronológica, estágio de desenvolvimento, fase do ciclo da vida e estado de incapacidade) e contextos ambientais (ambientes físicos, sociais e culturais) (Spencer, 2002).

O objetivo do tratamento e a ênfase da intervenção dependerão das necessidades do paciente/cliente, sendo estas compostas pelas atividades que o indivíduo necessita ou quer realizar e os fatores que impedem a sua realização.

A intervenção do terapeuta ocupacional, segundo Benetton (1999), se dimensiona pela relação “terapeuta – paciente - atividade”. A atividade é tudo o que o homem faz, seja para satisfazer suas necessidades básicas, seja desenvolvendo e estimulando funções cognitivas. Já a atividade terapêutica é a “atividade programada e dirigida para atingir uma meta terapêutica” (p. 07). A atividade terapêutica é, então, utilizada como instrumento de intervenção do terapeuta ocupacional, sendo através dela que este profissional observa e interfere na ação do indivíduo.

Na Terapia Ocupacional propomos experiências e facilitamos à criança vivê-las de modo completo, a partir de suas possibilidades, considerando sua deficiência e/ou incapacidades, com o propósito de facilitar a (re)organização do cotidiano. (...) Nosso olhar não está voltado somente para o desenvolvimento motor e sensorial da criança, mas como ela pode, tendo incapacidades motoras e sensoriais, realizar atividades que componham um dia – a – dia e sua história (Motta e Takatori, 2001, p. 131 e 133).

#### **A TERAPIA OCUPACIONAL EM EQUIPES INTERDISCIPLINARES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Sendo assim, após uma breve reflexão quanto aos diferentes temas por nós abordados, chegamos ao principal foco de nossa atenção, a participação da terapia ocupacional no processo interdisciplinar na Educação Especial, conceito que por nós foi desenvolvido a partir da conceituação de (Ide, 1999).

Assim ao pensarmos nas ações da terapia ocupacional no espaço escolar proporemos intervenções que primem por uma abordagem baseada em princípios universais, ou seja;

as adequações ambientais, dos equipamentos e mobiliários além das abordagens diretas com o professor com finalidades de contribuição na capacitação e reciclagem do educador para receber e lidar com a criança com necessidades especiais (Rocha, Luiz e Zulian, 2003).

No espaço escolar são diversas as possíveis ações do terapeuta ocupacional. Esta que passa pelo olhar do todo, podendo auxiliar na adequação do espaço ambiental para receber a toda e qualquer criança, visto que cabe na formação do T.O. conhecimentos relacionados desde a ergonomia geral até a questões individuais, conhecimento advindo da tecnologia assistiva, tão bem abordada pelo profissional da T.O.

*Tecnologia Assistiva* trata de todo equipamento, utensílio, ou adaptação que possa ser usada para manter, potencializar ou recuperar a capacidade funcional de crianças e ou adultos com limitações físicas ou cognitivas.

Dentro deste aspecto, o T.O. pode contribuir na constituição de ambientes acessíveis e confortáveis, colaborando tanto para o estudo das barreiras arquitetônicas, propondo soluções a partir das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), tais como rampas, apoios, parques e pátios acessíveis, como para a capacitação do professor para a observação de necessidades, indicações e, em alguns casos, manufatura de adaptações específicas para o aluno como engrossadores de lápis, de giz de cera, criação de suporte para livros e outros aparatos específicos, além de adaptação de jogos e do próprio material pedagógico que, ainda dentro da tecnologia assistiva, vem facilitar e, por que não dizer, viabilizar a escolarização da criança deficiente.

Nesse sentido a T.O. ainda lança mão de orientação para o uso de dispositivos tecnológicos como o computador e diferentes *softwares* que tratam de questões relacionadas à aquisição de conceitos e elaboração dos mesmos ou, numa fase anterior, tratam da questão da comunicação e linguagem, fator indispensável no processo de aprendizagem de qualquer criança, quicá da criança especial. Linguagem essa que pode ser desenvolvida pela criança se ela puder contar com recursos alternativos de baixo custo e caminhos diferenciados como os da Comunicação Alternativa que faz uso de ícones que representam necessidades e interesses

dos indivíduos a se servirem destes para emitir suas mensagens de forma mais simplificada (Zulian, 2001).

Além disso, a T.O. possui conhecimentos específicos tanto dos aspectos que permeiam o desenvolvimento da criança normal (base para lidar com todos) como dos aspectos de aprendizagem da criança e das dificuldades que a mesma pode apresentar neste processo, advindas ou não de questões patológicas específicas ou de questões inerentes ao meio de onde é proveniente. “Considerando as necessidades particulares de cada aluno com deficiência é importante o esclarecimento de aspectos específicos relacionados com as suas dificuldades e a explicitação do potencial de cada criança, desmistificando possíveis entendimentos errôneos, como supor incapacidades que não são próprias de cada quadro de deficiência.” (Rocha, Luiz e Zulian, 2003)

Essas informações podem proporcionar subsídios para o professor no planejamento das atividades pedagógicas. Entendemos assim que a atuação do Terapeuta Ocupacional na Educação Especial, a partir de sua tão abrangente área de conhecimento e atuação, passa pela visão ambiental, instrumental e profissional da escola.

Considerando que o conhecimento relacionado ao desenvolvimento neuropsicomotor da criança, somado a modelos de ações que vêm estimular tal desenvolvimento, contando com a atividade como recurso primordial de trabalho, é parte da função da T.O., porém a ação e a atividade também são integrantes da educação, independente da linha pedagógica a se utilizar, o que dá ao Terapeuta Ocupacional uma enorme possibilidade de contribuições na formação do professor e, em particular, para o professor da educação especial, sem contar com os conhecimentos da área da tecnologia assistiva que vem a nos oferecer possibilidades instrumentais e ambientais para a viabilização ou facilitação da educação de todos na escola.

Concluindo, entendemos que os bons encontros profissionais, somando conhecimentos e esforços, o que caracteriza a interdisciplinaridade, vem a ser o caminho para uma verdadeira educação para todos.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO ARGENTINA DE TERAPEUTAS OCUPACIONAIS. tradução ABRATO – Gestão 1999 – 2001. Definições de terapia ocupacional, Boletim da Associação Argentina de Terapeutas Ocupacionais, set. 1999. Disponível em: <[http://members.xoom.com/\\_XMCM/abrato/Definicoes.htm](http://members.xoom.com/_XMCM/abrato/Definicoes.htm)>

BENETTON, M. J. **Trilhas associativas ampliando recursos na prática da Terapia Ocupacional**. São Paulo: Edições CETO, 1999.

GALHEIGO, S. M. A transdisciplinaridade enquanto princípio e realidade das ações de saúde. **Revista de Terapia Ocupacional**, v. 10, n. 2/3, p. 49-54, 1999.

IDE, S. M. Modalidades educativas: uma escola para todos. **Temas sobre desenvolvimento**, v.8, n. 43, p.20-29, 1999.

IDE, S. M. Pessoas com necessidades educativas especiais: do currículo ao programa de intervenção educativa. **Temas sobre desenvolvimento**, v.7, n. 42, p.5 –14, 1999.

MOTTA, M. P.; TAKATORI, M. A assistência em terapia ocupacional sob a perspectiva do desenvolvimento da criança. In: PRADO DE CARLO, M. M. R.; BARTALOTTI, C. C. **Terapia Ocupacional no Brasil** : fundamentos e perspectivas. São Paulo : Plexus, 2001. p. 117-35.

REGEN, M. Comunicações: I Ciclo de debates multiprofissionais sobre a inclusão da pessoa com deficiência. **Temas sobre Desenvolvimento**, v. 7, n. 39, p. 42-55, 1998.

ROCHA, E. F. Do corpo orgânico ao relacional: uma proposta de deslocamento dos fundamentos e práticas de reabilitação da deficiência, 1999. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, 1999.

ROCHA, E. F., LUIZ, A., ZULIAN, M. Reflexões sobre as possíveis contribuições da terapia ocupacional nos processos de inclusão escolar. [S. l. : s. n.]. No prelo.

SASSAKI, R. K. **Inclusão construindo uma sociedade para todos** . Rio de Janeiro : WVA, 1997.

SPINK, M. J. P. Saúde: um campo transdisciplinar? **Revista de Terapia Ocupacional**, v. 3, n. 1/3, p. 17-23, 1992.

SPENCER, J.C. Avaliação dos contextos de desempenho. In: NEISTADT, M. E.; CREPEAU, E. B. **Willard & Spackman Terapia Ocupacional**. 9. ed. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2002.

ZULIAN, M. Parceria importante: T. O . Junto no trabalho de formação continuada do professor para viabilizar o processo de inclusão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TERAPIA OCUPACIONAL, 7., Porto Alegre, 2001. **Anais ...** [s. l. : s. n.], 2001. p.148

\_\_\_\_\_. Computadores, recurso terapêutico ou facilitador da Inclusão? CONGRESSO BRASILEIRO DE TERAPIA OCUPACIONAL, 7., Porto Alegre, 2001. **Anais ...** [s. l. : s. n.], 2001. p.78

\_\_\_\_\_. Comunicação alternativa (PCS), Qual o papel da T.O. neste trabalho? CONGRESSO BRASILEIRO DE TERAPIA OCUPACIONAL, 7., Porto Alegre, 2001. **Anais ...** [s. l. : s. n.], 2001. p.78.